

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INGRIDY ALENCAR LOPES

Política Externa de Xi Jinping: subversão ou adesão ao sistema internacional?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Augusto Leal Rinaldi.

São Paulo

2023

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram para a realização deste trabalho, expresso minha gratidão, especialmente:

A Deus, por tudo.

Ao orientador Augusto Leal, pelo apoio e compreensão em todos os momentos necessários.

À minha mãe e irmã, pelas mulheres fortes que são e por tanto ensinamentos que já me proporcionaram.

A todos os parceiros de vida que a PUC-SP me proporcionou, pelos conhecimentos e momentos felizes compartilhados.

RESUMO

A partir de 2013, a política chinesa passou por grandes mudanças, desde a ascensão de seu novo líder, Xi Jinping, o atual Presidente da República Popular da China, até as profundas mudanças estruturais postuladas pelo novo governo. Por meio de uma análise qualitativa do estado da arte sobre os últimos 10 anos do governo de Xi Jinping, será consolidado quais foram essas mudanças, como elas afetaram as principais instituições políticas chinesas, seu processo decisório e, conseqüentemente, a política externa chinesa. Ainda, será analisado quais são os pontos de continuidade e descontinuidade de Xi Jinping em relação aos seus predecessores, Hu Jintao e Jiang Zemin, e quais são os principais interesses por trás desta política externa. Com base nesta análise, será classificado o comportamento chinês à luz das tipologias de estado revisionista ou mantenedor do *status quo*, e, para tanto, será utilizado a definição e interpretação de um dos principais autores desta corrente de pensamento, Mearsheimer.

Palavras-chave: Política externa chinesa. Processo decisório. Instituições. Reforma política. Estado revisionista. Xi Jinping.

ABSTRACT

Since 2013, Chinese politics has undergone major changes, from the rise of its new leader, Xi Jinping, the current President of the People's Republic of China, to the profound structural political changes postulated by the new government. Through a qualitative state-of-the-art study of the last 10 years of Xi Jinping's mandate, it will be consolidated what changes have occurred, how they have affected the main Chinese political institutions, their decision-making process and, consequently, Chinese foreign policy. Furthermore, it will be analyzed what are the points of continuity and discontinuity of Xi's foreign policy opposed to his predecessors, Hu Jintao and Jiang Zemin, and what are the main interests behind it. Based on this analysis, Chinese behavior will be classified in the light of the theory of revisionist or status quo states, and, in this case, it will be used the definition and interpretation of one author, Mearsheimer.

Keywords: Chinese Foreign Policy. Decision-making. Political Institutions. Political reform. Revisionist State. Xi Jinping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Cadeias de Ilhas na Costa Marítima Chinesa.....	20
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIZ	Air Defense Identification Zone
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CC	Central Committee
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Foreign Affairs Commission
G7	G7 Político (Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França, Japão, Canadá)
MFA	Ministry of Foreign Affairs
NSC	National Security Commission
PBSC	Politburo Standing Committee
PCC	Partido Comunista Chinês
PGII	Partnership for Global Infrastructure and Investment
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
SC	State Council
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A POLÍTICA EXTERNA CHINESA ANTES DO GOVERNO XI JINPING.....	9
3	A POLÍTICA EXTERNA CHINESA DURANTE O GOVERNO DE XI JINPING.....	11
3.1	Instituições e estrutura da política externa.....	11
3.1.1	PCC Central Committee (CC) e State Council (SC).....	12
3.1.2	Politburo Standing Committee (PBSC).....	13
3.1.3	Leading Small Groups (LSGs).....	14
3.1.4	National Security Commission (NSC).....	14
3.1.5	Foreign Affairs Commission (FAC).....	15
3.1.6	Ministry of Foreign Affairs (MFA).....	15
3.1.7	Chinese Communist Party International Department (CCP-ID).....	16
3.2	Os interesses e as mudanças na política externa de Xi Jinping.....	17
3.2.1	Os interesses da Política externa de Xi Jinping.....	17
3.2.2	Continuidades e discontinuidades.....	21
4	SUBVERSÃO OU ADESÃO AO SISTEMA INTERNACIONAL.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Com taxas de crescimento nunca vistas, a República Popular da China (RPC) teve um crescimento econômico imprescindível e conquistou seu lugar como segunda maior economia do mundo (ECONOMY, 2018). Esse crescimento sem precedentes pode ser observado ao analisar o Produto Interno Bruto (PIB) chinês que evoluiu de 149 bilhões de dólares em 1978 para 17 trilhões de dólares em menos de 50 anos (BANCO MUNDIAL, 2021). Sua ascensão econômica possibilitou também sua escalada política e militar na Ásia e na arena internacional.

Essa ascensão de uma potência nas Relações Internacionais é frequentemente vista como uma perturbação da ordem vigente, e cria a necessidade de reequilíbrio da balança de poder. Por muitos anos, durante o desenvolvimento econômico chinês, os líderes da RPC buscaram neutralizar esse efeito através do conceito de “*Hide and Abide*” que, em poucas palavras, significa “esconda sua força e espere seu momento” e permitiu ao gigante vermelho a possibilidade de se tornar um poder regional e mundial sem causar tanta resistência por parte das potências tradicionais (CHANG-LIAO, 2016). Ou seja, a China, por maior que estivesse se tornando, não tinha nenhuma aspiração ou posicionamento crítico na arena internacional, se escondendo assim dos olhos do *hegemon* e proporcionando um ambiente externo favorável ao seu desenvolvimento (ECONOMY, 2018).

Contudo, a mudança de liderança em Beijing em 2013 acarretou também em mudanças na Política Externa. Uma nova era se instaura com o Presidente Xi Jinping e hoje o Estado chinês se propõe cada vez mais como um país ativo, com voz, capacidade e influência sobre seus vizinhos e outros países correlatos, como Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (BRICS). De uma nação supostamente calada, para uma nação que reivindica territórios, espaços, projetos e investimentos, a RPC saiu de um país pacato para um país mais assertivo em questões de política externa na última década (CHANG-LIAO, 2016). Como exemplo desta nova era, há o “*Belt and Road Initiative*” (BRI) e a criação da “*Air Defense Identification Zone*” (ADIZ) sobre o território reivindicado das Ilhas Diaoyu/Senkaku, histórica disputa territorial com o Japão (CHANG-LIAO, 2016).

Essa descontinuidade, através da firmeza de posicionamento de Xi Jinping, despertou nas potências ocidentais um questionamento sobre suas intenções

perante a ordem global vigente. As questões territoriais centrais para o governo chinês são entendidas como ameaça para Japão e Estados Unidos (EUA), que em conjunto estão mais do que interessados em conter a influência e expansão chinesa, seja no campo militar, político ou econômico. Um exemplo dessa intenção é a nova iniciativa do Grupo dos Sete (G7), composto por EUA, Reino Unido, Itália, França, Alemanha, Canadá e Japão. Em junho de 2022, durante a 48ª Cúpula do G7, foi anunciado o “*Partnership for Global Infrastructure and Investment*” (PGII) que já está sendo considerado contrapartida diplomática do *Belt and Road Initiative* (BRI) (SUN, 2022).

Sua ascensão quieta a possibilitou chegar longe, porém seu recente posicionamento firme tem instigado ainda mais dúvidas entre os líderes de Washington, Tóquio e de outras capitais mundiais. Visto isso, a China é mesmo uma ameaça para a Ordem Global Atual? Ou melhor, a China é uma ameaça para os Estados Unidos que é a potência hegemônica no Sistema Internacional? Quem sabe a mesma não passa de um segundo gigante asiático em busca da sua ideia de segurança e de uma zona de influência?

Essa é uma pergunta difícil de responder, uma vez que diversos fatores e narrativas podem trazer diferentes leituras sobre o papel chinês na Ordem Global. Porém, primeiramente, é necessário entender qual é de fato a política externa chinesa e quais são as suas aspirações para então entender em quais pontos ela pode corroborar ou desafiar a ordem do Sistema Internacional.

A relevância e capacidade dos atores envolvidos justifica a escolha deste tema para realização de uma análise. O destaque político e econômico da China atualmente é indiscutível e a histórica seletividade ocidentalista deixa um legado de um certo apagão de temas como esse sendo amplamente discutidos em outros âmbitos que não no eixo Washington-Beijing. Além disso, ações e políticas podem ser amplamente discutidas e noticiadas, mas há uma tendência a não debater os interesses por trás de tais ações.

A análise se justifica ainda pelas discussões levantadas com a eclosão da crise na Ucrânia e Rússia, que se tornou assunto central neste ano. Mesmo que essa ideia não seja discutida nesse trabalho, a Ucrânia é e sempre foi para Rússia uma zona de influência importante e um limite duro de ação para OTAN e países ocidentais. Pode-se argumentar que a desconsideração dos grandes em relação a esse limite levou à eclosão do conflito e o mesmo pode acontecer no Mar do Sul da

China uma vez que Beijing possui territórios e limites duros que podem ser vistos da mesma maneira, alguns exemplos são as Ilhas Diaoyu/Senkaku e Taiwan.

O presente trabalho aspira entender e descrever os principais interesses e objetivos da Política Externa da RPC durante o atual governo do Presidente Xi Jinping e em que medida esta política externa corrobora ou desafia a Ordem Internacional. Para tanto, é necessário entender como a Política Externa Chinesa está sendo construída dentro do aparato político atual.

Deste modo, os objetivos específicos deste trabalho são entender e descrever quais são os alicerces da Política Externa de Xi Jinping e se houve continuidade ou descontinuidade em relação à política externa de lideranças passadas; Pontuar todas as nuances da Política Externa do atual governo chinês, principalmente no que concerne à sua nova configuração institucional e seus interesses; Analisar até que medida esta estratégia desafia ou valida a ordem do sistema internacional tal qual como ela se dá atualmente. Para isso, uma pesquisa bibliográfica será realizada trazendo o estudo de narrativas dos principais especialistas no tema, assim como uma análise dos documentos oficiais do governo chinês. A partir dessa pesquisa, será analisado qualitativamente se a China tem ou não pretensões de subverter a Ordem Internacional através da definição de dois conceitos: Estado Revisionista ou mantenedor do *status quo*.

No próximo capítulo “A política externa chinesa antes do governo Xi Jinping” (2), é apresentado um breve resumo do que era a política externa chinesa no período que precede a Era Jinping. Adiante, o capítulo “A política externa durante o governo de Xi Jinping” (3) é dividido em três grandes partes. A primeira é dedicada a explicar como se deu a reforma política e quais são as principais instituições ligadas à política externa dentro da estrutura política chinesa. A segunda parte, por sua vez, esclarece quais são os princípios guias, interesses e narrativas que fundamentam a política externa de Xi Jinping. A terceira parte demonstra quais foram as mudanças e as continuidades da política de Xi em contraposição à política externa chinesa adotada previamente. Por fim, no capítulo “Subversão ou adesão ao sistema internacional” é discutido as tipologias de estado revisionista e mantenedor do status quo, assim como é feita uma breve análise do comportamento chinês a partir desses conceitos.

2 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA ANTES DO GOVERNO XI JINPING

Para entender a Política Externa chinesa na atualidade, é necessário entender seu passado. Ao longo da história moderna, principalmente durante o Governo de Deng Xiaoping (1978 – 1992), a política externa foi muito ditada pelo conhecido lema “*Hide and Abide*”, mencionado anteriormente. Em tradução livre, significa “esconda suas capacidades e espere o seu tempo”, sendo descrito pelo ex-líder chinês Jiang Zemin em poucas palavras pelos dizeres “*Observe the situation calmly. Stand firm in our positions. Respond cautiously. Conceal our capabilities and await an opportune moment. Never claim leadership. Take some action.*” (ECONOMY 2018, p.188 apud ZEMIN, 2011)¹. Este direcionamento orientou a política externa chinesa por anos, tornando-a mais displicente. A China deveria se manter fora dos radares das potências, focando seus esforços em seu desenvolvimento econômico e construindo sua força, evitando quaisquer conflitos (ECONOMY, 2018).

Xiaoping foi responsável por outro conhecido termo “*One country, two systems*” usado para indicar uma reunificação pacífica da China com Taiwan. Para o ex-líder chinês, a reunificação da nação chinesa deveria ser feita de forma pacífica através da garantia a Taiwan de um sistema administrativo, econômico e social distinto do continente. Mesmo mantendo um posicionamento firme em relação a Taiwan e a ideia de “*One China*”, a figura chinesa se inspirou nos modelos, que já haviam sido adotados em Hong Kong e Macau, como uma oportunidade de resolver a questão de Taiwan.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, os líderes chineses seguiram o direcionamento de Deng Xiaoping (ECONOMY, 2018). Suas principais preocupações eram a garantia de um ambiente externo favorável ao desenvolvimento chinês por meio de uma relativa inércia chinesa, para garantir a percepção de que a China não seria uma possível ameaça ao sistema (ECONOMY, 2018). Durante o Governo de Jiang Zemin, o lema que também marcou sua política externa foi justamente o de “*ascensão pacífica*” ou até “*desenvolvimento pacífico*”, usado para mitigar as preocupações do sistema internacional frente à iminente ascensão chinesa.

O Governo de Hu Jintao, foi marcado por uma política externa mais reconciliatória, pelo menos na retórica (CHOW, 2014). Além da ascensão pacífica, o

¹ ECONOMY, 2018, p.188 apud ZEMIN, 2011

governante buscava a estabilidade internacional e um “*harmonious world*”. Hu enfatizava a importância de manter um ambiente externo favorável para facilitar o crescimento econômico e a estabilidade doméstica chinesa. Ainda o líder advogou pela resolução pacífica de conflitos e promovia o diálogo e a cooperação entre nações (CHOW, 2014).

Ambos os conceitos corroboram a ideia geral de como se dava a política externa nesse momento histórico, focando na construção de capacidades e não em questões que poderiam eventualmente gerar conflitos. Assim, a China poderia se desenvolver de forma pacífica, sem atrair as atenções das grandes potências.

3 A POLÍTICA EXTERNA DURANTE O GOVERNO DE XI JINPING

3.1 Instituições e estrutura da política externa

Para compreender a política externa do governante chinês, é necessário descrever como a política externa é conduzida no sistema político chinês e como Xi se colocou no centro deste sistema. Para isso, é necessário abrir a caixa preta do estado chinês, numa tentativa de compreender como as decisões são tomadas.

Desde a sua posse, Xi Jinping deu início a uma grande mudança em termos de estrutura política. Por meio de uma ampla campanha de disciplina e anticorrupção, com o aprisionamento da oposição e oficiais de alto escalão no Partido Comunista Chinês, Xi conseguiu concentrar muito poder em suas mãos em diversas instâncias diferentes no aparato chinês (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). A retórica por trás do movimento do líder chinês foi o de combate à erosão interna causada pela corrupção e ao autoritarismo fragmentado no qual o sistema político se transformou (HEILMANN, 2016).

A concentração de poder e tomada de decisão no aparato estatal chinês é o primeiro ponto de descontinuidade entre Xi e seus predecessores. Segundo Heilmann (2016), desde 1978 até 2013, a descentralização sempre foi vista e tomada como uma forma de elaborar um sistema político e econômico ágil e capaz. As decisões tomadas pelo aparato estatal e Partido Comunista Chinês faziam parte de um sistema de consenso, onde eram tomadas coletivamente e permeadas por uma ampla variedade de instituições que se fiscalizavam mutuamente por meio de um sistema de *checks and balances* (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Desde a posse de Xi, a centralização limitou a capacidade dos governos locais em agir e responder a crises localizadas (HEILMANN, 2016), acabando parcialmente com a liderança coletiva (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016) e fortalecendo não apenas o líder chinês como o Partido Comunista Chinês todo (CABESTAN, 2021). Em concordância com seu movimento político, o líder da nação asiática declarou que apenas o PCC poderia direcionar o país pelo Século 21 e que o mesmo lutaria veementemente contra toda tentativa de minar a liderança chinesa ou levar o país ao modelo ocidental democrático (HEILMANN, 2016).

A concentração de poder político em suas mãos também pode ser vista sob a ótica da política externa. Mais especificamente, há um certo consenso que a política externa chinesa antes da era Xi Jinping era um processo fragmentado e de tomada de decisão devagar (JAKOBSON; MANUEL, 2016; CABESTAN, 2021; HEILMANN, 2016). Porém, assim como as mudanças implementadas no aparato estatal chinês e partido comunista, a tomada de decisão de política externa também foi concentrada nas mãos de Xi (CABESTAN, 2021). Desde sua posse, Xi reestruturou todos os órgãos responsáveis pela Política Externa Chinesa e se colocou como presidente da maioria das instituições criadas (CABESTAN, 2021).

O autoritarismo fragmentado chinês garante ao sistema político uma série de instituições diferentes que permeiam e influenciam os mesmos temas. (HEILMANN, 2016). Para Jakobson e Manuel (2016), numa tentativa de melhor coordenar estes grupos de interesses distintos, Xi personificou a política externa chinesa mais do que Hu Jintao e Jiang Zemin (JAKOBSON; MANUEL, 2016). Além disso, o líder chinês também discute, explora e consulta muito menos suas decisões com seus companheiros políticos do que seus predecessores (HEILMANN, 2016).

Além da concentração de poder política, alguns autores apontam também para uma mudança na configuração do exército chinês, o *People's Liberation Army* (PLA). Em 2015, Xi fez uma grande reestruturação do PLA e do *Central Military Commission* (CMC), através da criação de mais departamentos, para além dos 4 originais, dividindo o poder do PLA sob 15 departamentos. Xi se colocou como presidente da CMC, o que lhe permitiu ter mais controle direto sobre o exército chinês (ECONOMY, 2018) e a política de segurança da China (CABESTAN, 2021). Ainda, o novo controle de Xi sobre o PLA foi amplamente utilizado para demonstrar que a China não se absteria de usar todas as ferramentas disponíveis na busca pela manutenção dos seus interesses (POH; LI, 2017).

Porém, mesmo com a concentração de poder nas mãos do maior líder chinês, ainda há órgãos responsáveis pela política externa chinesa no partido e do estado chinês, que possuem estruturas, funções e temáticas distintas dentro do processo decisório e formulador da política externa. Abaixo, as principais instituições associadas ao tema serão exemplificadas.

3.1.1 PCC Central Committee (CC) e State Council (SC)

O Central Committee (CC) é o principal órgão organizador do Partido Comunista Chinês e do sistema político chinês. O mesmo possui 205 membros e possui as posições mais relevantes (de maior ranking) no sistema. O State Council (SC), por sua vez, é responsável pela administração do dia a dia da política chinesa e é responsável por controlar uma ampla gama de pequenos outros órgãos administrativos e ministérios (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

Ainda, ambas as instituições se encontram somente uma vez ao ano, por isso sua atuação é dividida em pequenos grupos. De acordo com Jakobson e Manuel (2016), a importância dos participantes destes fóruns não está em sua participação durante as grandes reuniões, mas no ranking que lhe é conferido a pela sua posição dentro no mesmo. A partir da relevância de seu cargo e das organizações as quais pertence, o mesmo terá maior ou menor crédito e influência nos pequenos grupos e organizações que participa (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

É relevante ressaltar que Xi Jinping limitou a atuação do SC no que se refere à política externa chinesa. Uma clara tentativa de limitar a capacidade da sua oposição de interferir na política externa chinesa, pois sua influência nas duas instituições é mais limitada se comparada com outras instituições que criou e comanda (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

3.1.2 Politburo Standing Committee (PBSC)

Desde o 19º Congresso do Partido comunista chinês em 2017, Xi possui maioria política no comitê e, de acordo com Cabestan (2021), este é o maior órgão tomador de decisão no aparato estatal chinês. Diferentemente do CC e SC, o PBSC tem reuniões semanais que abrangem diversas temáticas, inclusive decisões de política externa e segurança. Porém, em questões de política externa, o PBSC apenas formaliza decisões realizadas em outras comissões, como o National Security Commission (NSC) ou a Foreign Affairs Commission (FAC). O autor aponta ainda que as decisões tomadas por Xi Jinping são mais baseadas em outras instituições como os Leading Small Groups (LSGs) onde o líder chinês possui maior poder de influência (CABESTAN, 2021).

3.1.3 Leading Small Groups (LSGs)

Os LSGs são pequenos comitês criados para aconselhar os líderes políticos chineses em como proceder em relação a distintas temáticas e podem ser criados conforme a necessidade da liderança chinesa. Ademais, a importância dada para cada LSG dependerá do órgão que a criou ou do ranking de seus membros. Por exemplo, as LSGs de política externa são muito mais influentes no sistema político e na tomada de decisão chinesa pois são presididas por Xi Jinping, a persona de maior força dentro do aparato político do PCC e do estado chinês (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

Para além, com o crescimento da presença internacional da RPC, cria-se a necessidade de melhor gerenciar a imagem chinesa e do partido comunista perante o internacional. Dentro dos LSGs focados em política externa e segurança, há sempre um representante da área de propaganda e relações públicas do PCC, sendo que estes representantes são os mais influentes, em outras palavras, possuem maior poder sobre as decisões de política externa realizadas nestes fóruns do que representantes dos próprios órgãos de política externa (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

3.1.4 National Security Commission (NSC)

Em 2013, também foi estabelecido a criação do National Security Commission (NSC), uma instituição constituída dentro do aparato do partido comunista chinês e que é presidida pelo presidente Xi Jinping. Essa comissão incorporou algumas responsabilidades internacionais como o controle de fronteiras e contraterrorismo e, de forma disruptiva, conta com representantes permanentes do exército chinês (CABESTAN, 2021).

Para Cabestan (2021), sua missão é “(...) *better coordinating agencies in charge of national security and better prepare the country to crisis management, both inside and outside of China.*” (CABESTAN, 2021, p.5). A NSC é vista como uma peça central para o planejamento e sincronização da política externa e de segurança

(CHANG-LIAO, 2016), e atua na coordenação entre agências de segurança externa, limitando o poder de outros órgãos ou grupos de interesse, como os do exército chinês (CABESTAN, 2021).

A importância da NSC está também em sua alta capacidade de influenciar a política externa chinesa. De acordo com Blackwil e Campbell (2016), os grupos como a NSC são mais influentes na formulação e a implementação de políticas do que outros ministérios devido à sua proximidade política e pessoal com Xi Jinping (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

3.1.5 Foreign Affairs Commission (FAC)

A FAC foi criada para substituir outra LSG, desfeita em 2018, porém seu propósito é nebuloso. Desde sua criação, as datas de seus encontros, suas pautas e conteúdos e até seus membros não foram divulgados, tornando o estudo da sua atuação dificultosa e improdutiva. Uma hipótese apresentado por Cabestan (2021), é que o órgão pode ser usado apenas para grandes decisões e como fórum de síntese e compilação dos posicionamentos das outras burocracias envolvidas com política externa (CABESTAN, 2021). Igualmente, um fato conhecido é de que a FAC reporta diretamente ao seu criador, Xi Jinping (CABESTAN, 2021).

3.1.6 Ministry of Foreign Affairs (MFA)

Após a posse de Xi Jinping, a sua função não sofreu alterações significativas, ainda sendo responsável pelas rotinas diárias da política externa chinesa e pelas relações entre governos (JAKOBSON; MANUEL, 2016). Toma decisões diplomáticas regulares e possui uma grande capacidade de análise e de informação. (CABESTAN, 2021).

Ainda, é uma importante fonte de propostas de políticas e um canal privilegiado de implementação de política externa. Suas funções foram mescladas com as do Ministry of Commerce's Foreign (MOFCOM), por mais que essa outra instituição se mantenha ativa, sendo uma de suas funções alinhar os objetivos de

ajuda externa (MOFCOM) visando os objetivos de política externa (MFA) (CABESTAN, 2021).

3.1.7 Chinese Communist Party International Department (CPP-ID)

Assim como houve a concentração de poder nas mãos de Xi, o presidente também visou concentrar mais poder no partido comunista, em contrapartida, ao aparato estatal chinês (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Igualmente, o Departamento internacional do PCC possui um papel mais ativo e visível na política externa chinesa na Era Xi Jinping. Ele é responsável pela promoção de iniciativas como o Belt and Road (BRI) e teve seu portfólio expandido nos últimos anos, contando com todos os tipos de parceiros, como ONGs, de todas as partes do mundo (CABESTAN, 2021).

Mesmo com a grande concentração de poder realizada por Xi Jinping, ainda há instituições distintas, ligadas e parcialmente responsáveis por partes da política externa chinesa. Entre elas, não há uma autoridade ou hierarquia definida, o que faz com que as mesmas não possam se impor sobre as outras. (JAKOBSON; MANUEL, 2016). Porém, o poder de tomada de decisão continua concentrado no líder da nação, levando todos esses órgãos distintos a competir por favores dos líderes e tomadores de decisão (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

Os autores discutem ainda sobre a dificuldade de realmente entender os processos da política externa chinesa pela falta de clareza do sistema político (JAKOBSON; MANUEL, 2016; CABESTAN, 2021). Para tanto, Jakobson e Manuel (2016) afirmam:

This is very difficult in the Chinese foreign policy system. There is no guidance within the Chinese Constitution as to how different foreign policy actors should interact with each other, or to what the goals of China's foreign policy should be. China has almost no legislation binding the actions of national security decision makers. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p.108).

Mesmo com essa complexidade de organizações, Xi Jinping ainda se mantém como o tomador de decisão de política externa chinesa com maior expressividade e poder dentro do sistema político chinês (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

Um ponto de concordância entre todos os autores analisados é que a maior aglutinação de poder nas mãos de Xi auferiu ao líder maior capacidade de realizar

uma política externa mais assertiva e mais confluyente com os seus interesses e os interesses da nação. A seguir, exploraremos os interesses por trás da política externa de Xi.

3.2 Os interesses e as mudanças na política externa de Xi Jinping

As mudanças estruturais promovidas por Xi Jinping após sua posse não foram as únicas, o líder chinês ainda promoveu mudanças significativas na prioridade dada e no conteúdo da política externa chinesa desde o começo do seu mandato.

Primeiramente, o que não era provável era que a política externa tomasse um papel central da atuação política de Xi, pelo menos nos primeiros meses de incumbência. Assim que assumiu seu mandato, Xi estava enfrentando algumas pressões de questões domésticas importantes e especialistas esperavam que novamente a política externa chinesa fosse reativa e não fosse a prioridade de Beijing (JAKOBSON, 2013). Porém, nos primeiros sete meses, o presidente passou mais de 30 dias fora do país, visitando praticamente todos os continentes, recebeu ainda visitas de diversas lideranças e além da atuação do presidente, os principais líderes chineses também fizeram visitas diplomáticas fora do país.

Ainda, em menos de três meses da formação do Politburo, uma sessão especial voltada para a discussão da estratégia diplomática chinesa. Ou seja, contrário ao esperado, a nova liderança de Beijing deixou claro que as relações internacionais chinesas eram parte integral da nova era e as mesmas não seguiram completamente alinhadas com o passado (ZHANG, 2015).

3.2.1 Os interesses da Política Externa de Xi Jinping

A variedade de interesses e perspectivas da governança chinesa dificulta o estudo de uma grande estratégia (JISI, 2011). Porém, há pontos que já foram dados como base do posicionamento chinês e que nos ajudam a entender os interesses, comportamentos e prioridades.

Em 2014, uma editora baseada na China e controlada pelo Departamento de Imprensa Chinesa, a *Foreign Languages Press*, publicou o documento “A Governança da China”. Neste, está relatado todas as visões do presidente chinês acerca de diversas possíveis áreas de interesse, por meio de um compilado de conversas, discursos e instruções dadas pelo presidente e a liderança do PCC.

Dentre os principais pontos de interesse, estão: a) Reafirmação de que a China não busca um desenvolvimento que não gere ganhos mútuos; b) Enunciação de metas de médio e longo prazo destinadas a criar uma China rica e poderosa que está em paz com as outras potências e atores da arena internacional; c) A criação de novas instituições econômicas e financeiras (principalmente, asiáticas), como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB); d) A enunciação do Projeto One Belt, One Road que conecta a China e suas mercadorias à Europa por vias terrestres e marítimas; e) A adesão ao um novo modelo de relações bilaterais com grandes potências através do conceito de “*The New Model of Major-Country Relations*”.

Esses são alguns dos principais pontos desse novo momento na política externa chinesa e da assertividade e proatividade do novo Presidente para se posicionar principalmente na Ásia (SWAINE, 2015).

Uma das bases mais importantes do Governo de Xi Jinping é e sempre foi o rejuvenescimento da China, a busca pela verdadeira China, a China das Dinastias. Ainda, é importante ressaltar que Xi não é o primeiro líder a falar em rejuvenescimento, essa ideia já era presente no imaginário chinês desde Deng Xiaoping (ECONOMY, 2018). Para Xi Jinping, o maior sonho da nação chinesa é o rejuvenescimento da China (ECONOMY, 2018). Porém, o que seria esse rejuvenescimento da China? De forma prática, as metas concretas que o atual governante chinês aponta como parte do sonho chinês são: a China deveria dobrar seu PIB per capita entre 2010 e 2020; deveria ter capacidade militar de lutar e ganhar guerras; atender as necessidades de bem-estar de sua população (ECONOMY, 2018).

Ainda, o grande rejuvenescimento da China também é visto e argumentado a partir de uma perspectiva histórica nacionalista. Conforme o discurso nacionalista, a China passou por 100 anos de humilhações, onde desde a Guerra do Ópio, a China foi ocupada e arruinada pelas invasões de potências regionais, como o Japão (ECONOMY, 2018). As disputas territoriais e a falta de unidade da nação chinesa,

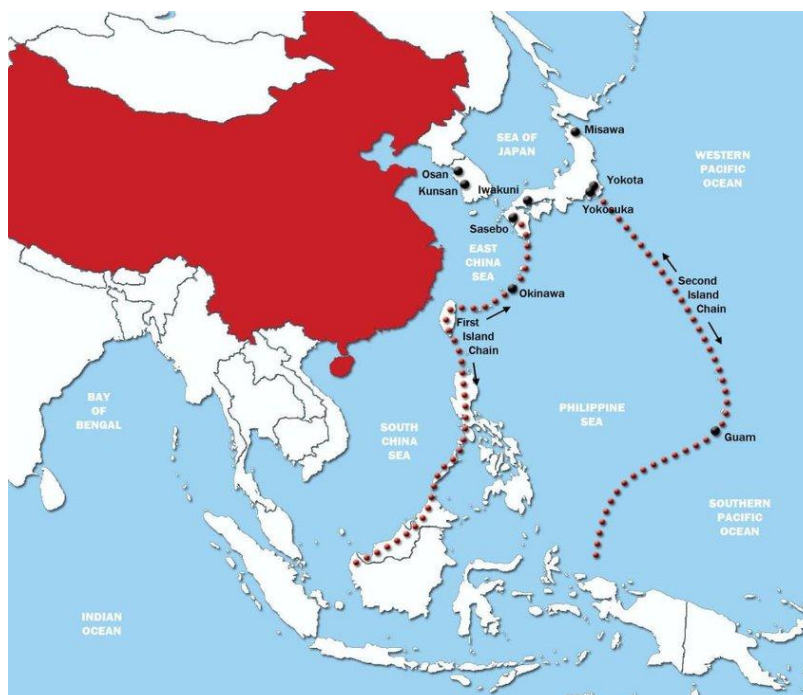
separação de Taiwan, são vistas como feridas deste passado e devem ser resolvidas para que a honra da grande nação chinesa seja restaurada (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Esse período é incutido como um período de vergonha já enraizado no imaginário da nação chinesa e tem sido utilizada, com certo êxito, para manter uma certa insatisfação pelos cidadãos chineses. De acordo com essa narrativa, amplamente aproveitada pelo PCC, a humilhação chinesa só acabou com a ascensão do partido ao poder em 1949 e somente ele conseguirá restabelecer a honra chinesa (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Ainda, parte do rejuvenescimento chinês é a reunificação da nação chinesa, no que concerne a Taiwan (ECONOMY, 2022). Além do peso histórico, Taiwan apresenta um ponto estratégico crucial para a segurança econômica e militar na visão chinesa (YOSHIHARA; HOLMES, 2018). É importante lembrar que o conceito de segurança para a China engloba muito mais do que apenas o termo militar, a China busca ativamente uma segurança complexa, em todos os âmbitos. (CHOW, 2014)

Taiwan representa um ponto de saída da primeira corrente de ilhas que formam um bolsão limitador não só para a Marinha chinesa, como para o comércio e exportação chinesa (YOSHIHARA; HOLMES, 2018). Mesmo com a desaceleração econômica e o novo foco de Xi em consumo local de mercadorias para diminuir a dependência de exportação (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016), o acesso às linhas marítimas de comunicação é crucial para o conceito de segurança econômica chinês (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

MAPA 1 - Cadeias de Ilhas na Costa Marítima Chinesa



Fonte: Research Gate

Além de conseguir promover uma maior e melhor defesa estratégica do continente, o controle do estreito de Taiwan garante à China um melhor posicionamento tático para garantir seu acesso às SLOCs e, portanto, garante uma melhor perspectiva de segurança econômica através da garantia do acesso às rotas de exportação (YOSHIHARA; HOLMES, 2018). Os interesses e direitos marítimos são de importância para o governo chinês, tendo sido expressos no *white paper* de 2019 como um dos objetivos centrais para a China (CHINA, 2019).

Conforme o próprio governo chinês, a China possui uma das maiores costas marítimas da Ásia, se prolongando por cerca de 18 mil quilômetros, e ainda possui uma grande variedade de países vizinhos, muitos pelos quais as fronteiras são todas marítimas. Dessa forma, os desafios são muito maiores que os esperados e a China deve salvaguardar sua integridade territorial, seus direitos marítimos e sua unidade nacional (CHINA, 2019).

Ainda, segundo o governo chinês, as disputas territoriais existentes no Mar do Sul da China e do Mar da China Oriental, compartilhado com o Japão, e os frequentes reconhecimentos conduzidos por marinhas e forças aéreas de outros países em territórios chineses ou próximos aos territórios chineses minam a

confiança chinesa e, portanto, são vistas como questões importantes de segurança nacional da China (CHINA, 2019).

3.2.2 Continuidades e Descontinuidades

O debate acerca das mudanças provocadas por Xi no âmbito da política externa é assíduo. Para alguns, a posse de Xi Jinping se torna um marco em questões de mudança de política externa (CHANG-LIAO, 2016), porém outros (ECONOMY, 2018) indicam que a mudança de posicionamento chinês começou um pouco antes do mandato de Xi Jinping com a crise de 2008, que abriu um espaço temporal propício, *zeitgeist*, a um maior posicionamento chinês no cenário internacional com a retração dos EUA devido à recessão econômica mundial (ECONOMY, 2018).

Mesmo com divergências em relação ao momento de mudança, todos concordam que houve aspectos de continuidade e descontinuidade na política externa chinesa, e que sua mudança não foi tão trágica (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016), mas foi marcada pela inserção de novos elementos, assim como novas ênfases e reformulações de características já existentes na política externa do país (SWAINE, 2015).

Esse novo modelo de gestão do líder chinês, sua concentração de poder e seu grande desejo por uma diplomacia chinesa mais ativa produziu uma política externa chinesa muito mais assertiva, coordenada e diversificada por meio de todos os instrumentos do estado. (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016)

Antes das mudanças, porém, temos as continuidades. A tríplice alicerce da Política Externa Chinesa se manteve. A China possui três pontos principais que guiam sua Política Nacional de Segurança, e conseqüentemente política externa, desde a formação da RPC. A salvaguarda da Soberania, Segurança e Desenvolvimento da nação chinesa são esses principais pontos (JISI, 2011; ZHANG, 2015; SWAINE, 2015).

Em 2010, o estadista chinês Dai Bingguo elaborou melhor o que seria resguardá-los. Em primeiro lugar, a resguarda da estabilidade política chinesa, ou seja, a manutenção da estabilidade política do PCC e do sistema socialista. Segundo, a segurança da soberania chinesa, através da sua integridade territorial e unificação nacional. Por fim, o desenvolvimento sustentável, social e econômico da

China (JISI, 2011). Essa base descrita para delimitar os guias da política externa de Hu Jintao se mantém no governo de Xi Jinping (ZHANG, 2015; SWAINE, 2015).

Em 2019, é possível verificar uma reafirmação desses objetivos como guias da política externa através documento oficial publicado pelo Governo chinês, intitulado *“China’s National Defense in the New Era”*. O *white paper* publicado pelo Ministério da Defesa Nacional Chinês evidencia, através da retórica, a visão chinesa sobre sua segurança, demonstrando os pontos de atenção acerca do tema. Dentre eles: a salvaguarda da segurança política nacional; estabilidade social; integridade do território chinês e apoio ao desenvolvimento sustentável do país continuam como os principais objetivos (CHINA, 2019).

Enquanto o lema de uma política externa low-profile foi abandonado (POH; LI, 2017), uma nova política externa chinesa mais confiante e ativa tomou seu lugar (ZHANG, 2015). Dessa forma, as diretrizes que guiaram o país também foram transformadas e, por mais que o lema de “ascensão pacífica” ainda esteja presente na política externa do atual presidente e a base de proteção continue a mesma, há um consenso de que a implementação da ascensão pacífica foi renovada. A China está agora numa nova fase de crescimento pacífico 2.0, onde para conseguir os mesmos objetivos que buscava anteriormente, ela segue um novo caminho, com novos atributos (ZHANG, 2015).

O primeiro é uma maior determinação para proteger, se necessário com o uso da força, os interesses nacionais chineses. No discurso de Xi Jinping ao Politburo em 2013 isso é facilmente identificado, o presidente afirma *“We will keep walking on the peaceful development road, but we must not forsake our legitimate rights and interests, must not sacrifice core national interests”*. (ZHANG, 2015, p.9) Em concordância, outro autor traz esse mesmo tema apontando haver *“consistent pairing of the desire for peaceful development and stability with an assertion of the resolute defense of China’s core interests, centered on sovereignty and territorial integrity, security, and development”* (SWAINE, 2015, p.3)

Ainda, há uma maior determinação chinesa de salvaguardar seus interesses por meio de outras ferramentas, como, por exemplo, seu soft power através de uma intimidação geoeconômica. Por possuir mais riqueza e influência sobre seu poder, Xi Jinping tem maior capacidade de manipular suas contrapartes, seja por sanções, quanto por proporcionar benefícios econômicos para gerar mais cooperação. Ademais, a centralização de poder de tomada de decisão em suas mãos, tornou

essa estratégia de política externa muito mais ágil, eficaz e coordenada (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Outro atributo importante da política externa de Xi Jinping é a condicionalidade, antes inexistente, do crescimento pacífico. Previamente, o governo chinês declarava que sua ascensão seria pacífica para justamente tranquilizar outros atores do sistema internacional quanto à nova configuração de poder após seu desenvolvimento. Porém, sob o governo de Xi Jinping, Beijing esperava reciprocidade e garantias estratégicas de um comportamento pacífico por parte de outros países (ZHANG, 2015). Ou seja, o compromisso chinês com a sua ascensão pacífica está condicionado aos compromissos de países terceiros ao mesmo objetivo.

O terceiro atributo é a criação dos mecanismos de política externa necessários para a criação de um sistema externo favorável ao desenvolvimento. Ou seja, não há mais uma inércia para não gerar conflito ou ambiente desfavorável, mas sim uma ação para gerar um ambiente favorável. O termo utilizado pela liderança chinesa é *“top-level design”* definido como a necessidade de desenvolver visões estratégicas e conduzir planejamento estratégico e coordenação ao nível nacional quando desenvolvendo a política externa (ZHANG, 2015). A China de Xi Jinping se aproveita do seu novo status para moldar espaços e instituições existentes no cenário internacional para seu benefício próprio e benefício de seus interesses (ECONOMY, 2018).

Outro ponto de descontinuidade é o conceito de *‘bottom line thinking’*, e de acordo com esse conceito a China para de indicar o que gostaria que os outros países fizessem e aponta firmemente o que não irá tolerar (ZHANG, 2015). Os principais pontos disruptivos para a liderança chinesa são justamente os que permeiam sua integridade territorial nacional (CHINA, 2019) e a continuação do Partido (HEILMANN, 2016).

Zhang (2015) ainda argumenta que a China entrou numa nova era em política externa, com uma atitude proativa e confiante. Neste novo momento, dois novos conceitos surgem e são de extrema relevância para entender o posicionamento chinês. O primeiro é o novo tipo de relações de grandes potências desenvolvido para gerenciar principalmente as relações sino-americanas, que Beijing define como fundamental para o crescimento pacífico do país. E segundo o conselheiro do Governo chinês Yang Jiechi, o conceito é formado por três principais características:

o primeiro é o não-conflito e não-confrontamento; o segundo é o respeito mútuo dos diferentes sistemas políticos e internacionais nacionais; e o terceiro é a cooperação ganho mútuos (*win-win cooperation*) (ZHANG, 2015).

Essa nova iniciativa e novo conceito apresentado pelo Presidente Xi Jinping a Washington em 2013 foi recebida de diferentes formas por observadores e especialistas em política externa. Não somente ela foi pioneira, uma vez que foi a primeira vez que a China se propôs a definir um *modus operandi* pelo qual ambos os países poderiam caminhar em suas relações bilaterais, essa iniciativa também trouxe um certo nível de igualdade para a relação. Além disso, para alguns especialistas, essa iniciativa foi um pedido implícito por parte do governo chinês para os EUA mudarem sua abordagem para a China e respeitarem mais seus interesses nacionais. (ZHANG, 2015).

A segunda iniciativa de política externa do atual governo é o conceito de “*community of common destiny*” que já existia durante o governo de Hu Jintao, e era usado para definir a relação entre o continente e a Ilha de Taiwan. Porém, durante o Governo de Jinping o termo tem sido amplamente usado em diversos discursos e principalmente para descrever as relações sino-asiáticas e a “*China’s Periphery Diplomacy*”, ou seja, diplomacia periférica chinesa (ZHANG, 2015). Essa iniciativa surge como uma forma de melhorar as condições chinesas para com seus vizinhos, uma vez que sua crescente assertividade tem criado mais tensões no Mar do Sul da China e com os países vizinhos.

O duplo movimento da política chinesa em utilizar seu soft power e seu instrumentos econômicos, seja por meio da coerção ou da cooperação e a disposição do possível uso da sua força coerciva tradicional demonstra um novo aspecto da política externa chinesa. Ele se alinha às novas iniciativas de investimento e contribuição, como o Belt And Road Initiative, que prometem uma cooperação mútua de ganhos mútuos por parte da China para seus vizinhos ou contrapartes. Para Poh e Li (2017), essa seria a nova diplomacia de “*carrots-and-stick*”. Ou seja, ao mesmo passo que o discurso chinês procura ainda tranquilizar seus pares e trazê-los para perto da China através de novas e lucrativas iniciativas de investimentos, a China se mantém firme e declara que está disposta a utilizar de todas as ferramentas disponíveis para conseguir seus interesses (POH; LI, 2017; BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

Para tanto, a política externa não somente se utiliza destes instrumentos, como também do cultivo de relações bilaterais e multilaterais. Além do aumento de relações com seus vizinhos, a China busca ativamente relação mais cooperativa com a União Europeia (UE) (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Em ambientes multilaterais, a China tem se empenhado em ser mais ativa em instituições multilaterais, principalmente aquelas nas quais consegue ter uma maior influência ou se utilizar da mesma para suas estratégias e iniciativas geoeconômicas, como o AIIB (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

A China de Xi Jinping não somente se tornou mais assertiva como também se tornou mais ativa, abandonando a ideia de não interferência e se inserindo em mais temáticas como os de segurança em outras regiões do mundo, cyber segurança, espaço e muitos outros (POH; LI, 2017). Por mais que nenhum destes temas sejam integrais aos interesses chineses, eles são temas que não eram previamente tratados na política externa chinesa (ECONOMY, 2022).

Por fim, de acordo com Blackwill e Campbell (2016), Xi fez questão de demonstrar que se distanciou de políticas consideradas fracas da administração anterior, de Hu Jintao. Porém, as políticas e os objetivos estratégicos seguidos pelo atual líder chinês demonstram uma continuidade. A descontinuidade da política externa chinesa veio principalmente do aumento da assertividade em questões territoriais no Mar do Sul da China, fronteira com a Índia e Mar da China Oriental, assim como uso coercivo de ferramentas econômicas contra os países que se opõem às seus interesses e objeções fortes contra a projeção de poder estadunidense (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016).

4 ADESÃO OSUBVERSÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Para conseguir classificar a China atual como um país revisionista ou mantenedor do *status quo*, é necessário previamente definir estes termos e suas características. Dessa forma, segundo Mearsheimer (2001), um país revisionista é todo aquele que tem em vista desafiar ou reformular a ordem internacional vigente com a intenção de alinhar a mesma aos seus próprios interesses e aspirações. Para esses países, a ordem vigente é repressiva e eles não se conformam ao sistema existente, ou seja, as normas, instituições e até arranjo territoriais devem ser alterados a seu favor. Eles buscam alterar a balança de poder sendo motivados por uma combinação de aspirações ideológicas e nacionalistas (MEARSHEIMER, 2001).

Por outro lado, um país mantenedor do *status quo* é todo aquele que, ao contrário do estado revisionista, visa preservar a ordem internacional, pois a manutenção da mesma o beneficia e qualquer mudança na balança de poder pode ser negativa para sua segurança ou desenvolvimento. A manutenção da ordem vigente pode ser compreendida como manutenção da estabilidade, previsibilidade e aderência das normas existentes cruciais para seus interesses e segurança. O exemplo trazido por Mearsheimer com um país mantenedor do *status quo* é justamente os Estados Unidos, beneficiados pela ordem vigente moldada pelos seus próprios interesses (MEARSHEIMER, 2001).

Ainda, Mearsheimer discute sobre as intenções e ações relacionadas a ambas as tipologias. Os países revisionistas são guiados por queixas, aspirações ou oportunidades percebidas e suas ações podem levar a um aumento de tensões, rivalidades ou até, ultimamente, em conflitos. Sua busca pela ordem desejada pode desestabilizar a ordem vigente através do fim da confiança e criação de dilemas de segurança entre estados (MEARSHEIMER, 2001). Os países mantenedores do *status quo*, por outro lado, procuram por estabilidade e previsibilidade, evitando possíveis perturbações na ordem internacional. Eles aplicam estratégias que reforçam as normas e instituições existentes, como a diplomacia, negociação e cooperação (MEARSHEIMER, 2001).

Na visão de Xi Jinping, uma China unificada seria igual ou maior aos Estados Unidos (ECONOMY, 2022). O sistema internacional favorável aos Estados Unidos estaria sucumbindo para uma rede mais propícia para a liderança asiática

(ECONOMY, 2022), através da sua influência em infraestrutura com o BRI e as ferramentas e instrumentos econômicos utilizados pela China. Xi tem, sim, pretensões de subverter a ordem internacional, incluindo seus interesses, normas, valores e instituições, principalmente a supremacia do estado em contraposição à supremacia do direito (ECONOMY, 2022). Porém, sua capacidade de fazer o mesmo dependerá de alguns desafios que terá pela frente.

Além da análise de Elizabeth Economy e mesmo considerando fatores como a adesão às normas e instituições vigentes, como a ONU, Banco Mundial e outras, a busca pelos interesses chineses por si só já a tornam um país revisionista da ordem internacional vigente. Porém, a partir da análise de motivações chinesa pode se argumentar que o seu revisionismo não está baseado numa reformulação da ordem sem motivação ou ainda visando o lugar de hegemon. A China, através do seu líder Xi Jinping, busca por seu lugar dentro da sua região como a nova grande potência que é, e principalmente busca pelo seu conceito de segurança nacional, seja ela do ponto de vista militar ou econômico, e seus interesses nacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a partir do que foi apresentado, é possível identificar não somente os elementos de mudança e de continuidade na política externa do atual governante chinês, como também os interesses e alicerces que os fundamentam. Ainda, o mais relevante para entender a política externa durante o Governo de Xi Jinping é compreender quais foram as mudanças políticas postuladas pelo líder e como elas foram cruciais para que o mesmo conseguisse ter uma maior coordenação e controle sobre a política externa chinesa. A reestruturação política realizada por Xi Jinping, através da centralização de poder de tomada de decisão, seu maior controle sobre o PLA e a frota naval chinesa, possibilitou que o governante tivesse muito mais assertividade na sua política externa. Após 2013, é notável uma mudança considerável de direção e conteúdo da política externa chinesa, porém ainda baseada em princípios antigos do nacionalismo chinês, como o grande rejuvenescimento da China.

A perspectiva chinesa acerca do que é sua segurança aonde se encontra geograficamente é importante para entender porque algumas questões são tão indispensáveis para a nação, como Taiwan. Porém, é importante ressaltar que não é apenas a percepção que eleva o gigante asiático à condição que está hoje. A política externa de Xi Jinping é possível hoje através das capacidades, *hard* e *soft power*, que a China construiu durante os últimos 50 anos.

Em suma, Xi Jinping e, conseqüentemente, a RPC se dispõe como uma grande potência, justamente devido a posição que possui atualmente e também aos interesses e limites que pretende impor ao sistema internacional vigente. Ainda, que não subverta completamente a ordem internacional, porque se conforma parcialmente à algumas instituições, a China busca o que considera ser seu lugar de direito no sistema internacional vigente mediante o uso de todos os instrumentos disponíveis, sejam eles diplomáticos, econômicos ou coercivos. Ainda mais importante, busca sua ideia de integridade soberana como estado nacional.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Base de Dados Econômicos. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2021&locations=CN&start=1978&view=chart>> Acesso em: 19/06/2023

BLACKWILL, Robert D. CAMPBELL, Kurt M. Xi Jinping on the Global Stage. **Council on Foreign Relations**, n° 74, p.6-36, Fevereiro, 2016.

CABESTAN, Jean-Pierre. CHINA'S foreign and security policy institutions and decision-making under Xi Jinping. **The British Journal of Politics and International Relations**, [s. l.], v. 23, ed. 2, p. 319-336, 2021. DOI 10.1177/1369148120974881?. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1369148120974881>. Acesso em: 12 maio 2023.

CHANG-LIAO, Nien-Chung. China's New Foreign Policy Under Xi Jinping. **Asian Security**, [s. l.], v. 12, ed. 2, p. 82-91, 30 jun. 2016. DOI 10.1080/14799855.2016.1183195. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799855.2016.1183195>. Acesso em: 10 maio 2023.

CHINA. Ministério da Defesa. **China's National Defense in the New Era**. Gabinete de Informações de Estado da República Popular da China, Julho, 2019.

ECONOMY, Elizabeth. The Lion Awakens. *In*: ECONOMY, Elizabeth. **The Third Revolution: Xi Jinping and the new Chinese State**. [S. l.]: Oxford University Press, 2018. cap. 7, p. 186-230. ISBN 9780190866075.

ECONOMY, Elizabeth. Xi Jinping's New World Order: Can China remake the international system?. **Foreign Affairs**, [s. l.], 1 jan. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/xi-jinpings-new-world-order>. Acesso em: 10 maio 2023.

HEILMANN, Sebastian; STEPAN, Matthew. China's Core Executive: Leaderships styles, structures and processes under Xi Jinping. **MERICs**: Mercator Institute for China Studies, Berlin, ed. 1, p. 01-22, 15 jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304348339_China%27s_Core_Executive_L

eadership_styles_structures_and_processes_under_Xi_Jinping. Acesso em: 18 jun. 2023.

JAKOBSON, Linda. China's foreign policy dilemma. **Analysis**, Lowy Institute, Sydney, Fevereiro, 2013.

JAKOBSON, Linda; MANUEL, Ryan. How are Foreign Policy Decisions Made in China?. **Asia & The Pacific Policy Studies**, Australia, v. 3, ed. 1, p. 101-110, 16 jan. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/app5.121>. Acesso em: 24 jun. 2023.

JISI, Wang. China's search for a Grand Strategy. **Council of Foreign Affairs**, Vol. 90, No. 2, pp. 68-79. Abril, 2011.

MEARSHEIMER, John. Introduction. In: MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. 1. ed. Nova Iorque: Norton & Company, 2001. v. 1, cap. 1, p. 1-15. Disponível em: <https://samuelbhfauredotcom.files.wordpress.com/2015/10/s2-mearsheimer-2001.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CHOW, Peter C. Y. **The US Strategic Pivot to Asia and Cross-Strait Relations: Economic and Security Dynamics**. 1. ed. Estados Unidos: Palgrave Macmillan, 2014. 290 p. v. 1. ISBN 978-1-137-36462-3. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1WuoBAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=The+US+Strategic+Pivot+to+Asia+and+Cross-Strait+Relations:+Economic+and+Security+Dynamics&ots=V9XhZXjExe&sig=2FBoQ-jFOKGccBfjJi9MtJFIPD8&redir_esc=y#v=onepage&q=The%20US%20Strategic%20Pivot%20to%20Asia%20and%20Cross-Strait%20Relations%3A%20Economic%20and%20Security%20Dynamics&f=false. Acesso em: 25 jun. 2023.

POH, Angela; MINGJIANG, Li. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security**, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 84-97, 17 fev. 2017. DOI 10.1080/14799855.2017.1286163. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14799855.2017.1286163>. Acesso em: 13 maio 2023.

SWAINE, Michael D. Xi Jinping on Chinese foreign relations: The governance of China and Chinese commentary. **China Leadership Monitor**, v. 48, n. 1, p. 1-13, 2015.

SUN, Luna. G7 infrastructure plan to rival Belt and Road Initiative could force Chinese firms to 'match global standards. **South China Morning Post**, Beijing, 29 jun. 2022. Economy, p. 1. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/article/3183398/g7-infrastructure-plan-rival-belt-and-road-initiative-could-force-chinese>. Acesso em: 14 maio 2023.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James. **Red Star Over The Pacific: China's Rise and the Challenge to U.S Maritime Security**. 2. ed. Estados Unidos: US Naval Institutes, 2018. 376 p. v. 2. ISBN 1682472183.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'? **Global Change, Peace & Security**, 27:1, 5-19, DOI: [10.1080/14781158.2015.993958](https://doi.org/10.1080/14781158.2015.993958)